



# **Relatório de Execução**

## **Orçamental 2024**



## 1. Introdução

Nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e conforme o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º, compete à Junta de Freguesia elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter posteriormente à apreciação da Assembleia de Freguesia.

Adicionalmente, a alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º estabelece que é da competência da Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta, apreciar e votar esses mesmos documentos.

O presente relatório integra os Documentos de Prestação de Contas, tendo como objetivo disponibilizar informação de natureza económica, financeira e social sobre a atividade desenvolvida na Freguesia de Alcântara durante o ano de 2024.

Através dos mapas de análise apresentados, pretende-se refletir a execução orçamental levada a cabo pela Junta de Freguesia, no cumprimento das suas competências e objetivos.

Durante o ano de 2024, a Junta de Freguesia de Alcântara manteve, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, um acompanhamento regular da execução financeira no âmbito da Lei n.º 56/2012, garantindo, sempre que possível, a adequação dos recursos às competências transferidas e assegurando o respeito pela autonomia da Freguesia na gestão dos seus meios.

Contudo, é importante destacar que, apesar desse esforço, ocorreram diversos atrasos por parte da Câmara Municipal de Lisboa na transferência de verbas essenciais ao normal funcionamento da atividade da Junta. Em particular:

- Auxiliares de educação: A verba mensal começou a ser transferida apenas em março; os montantes em falta relativos a outubro, novembro e dezembro foram regularizados apenas a 23/12, enquanto a verba de setembro foi transferida a 17/12.
- CDC Higiene Urbana: As quatro tranches de 25.000€ foram transferidas em 8/4, 9/7, 18/10 e 23/12, quando anteriormente estas transferências ocorriam no início dos meses de março, junho, setembro e dezembro.



## Relatório Execução Orçamental 2024



- CIC Higiene Urbana – 1.º semestre: Montante de 75.000€ transferido a 6/6, apesar de aprovado a 26/3; anteriormente este valor era pago no início de março e junho.
- CDC Piscina: Valor de 70.000€ transferido apenas a 21/8.
- CDC Marcha Infantil: Montante de 500€ transferido apenas a 27/11.
- CDC Espaços Verdes: Montante de 16.517,96€ transferido apenas a 31/12.
- CIC Higiene Urbana – 2.º semestre: Montante de 146.074€ transferido a 31/12, apesar de aprovado a 11/12 e negociado meses antes; anteriormente, era pago no início de setembro e dezembro.

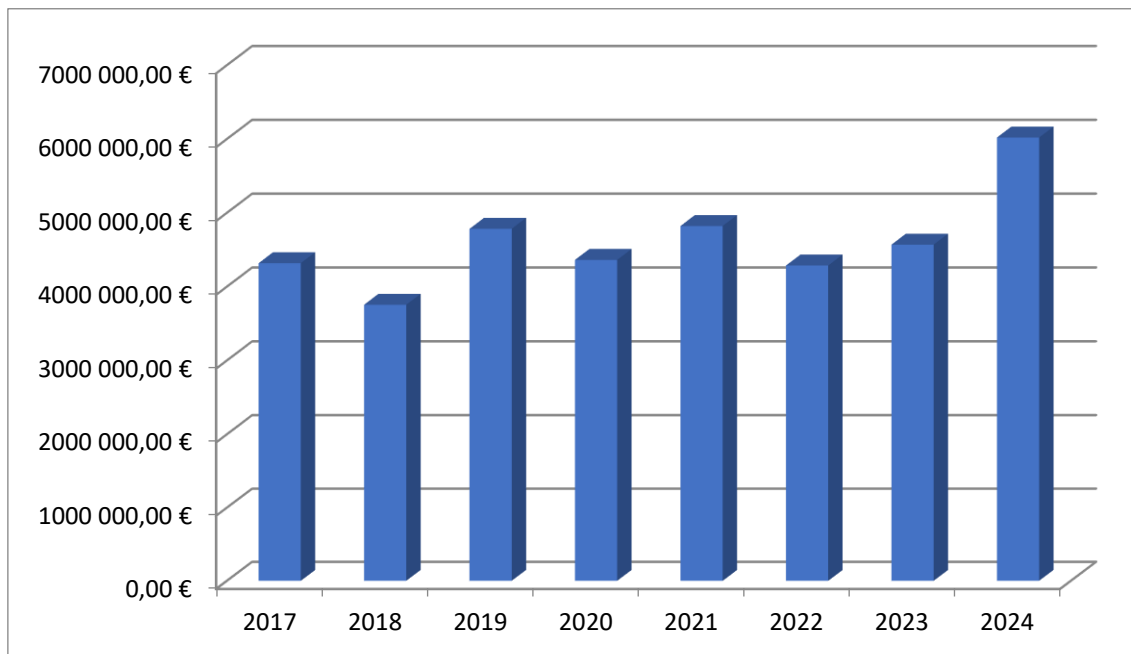
Em suma, durante o ano de 2024, as Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa viram-se forçadas a financiar o Município, situação sem precedentes até então. Este comportamento por parte da Câmara Municipal condicionou fortemente a atividade da Freguesia, que viu comprometida a sua capacidade de planeamento e execução, sem garantias quanto à receção atempada das verbas acordadas.

Esta é uma realidade que se tem vindo a agravar progressivamente e que merece o nosso veemente protesto e total discordância.





## 2. Evolução Global da Receita



Em 2024, registou-se uma cobrança de receita recorde, que atingiu os 6.019.646,55 €, representando um aumento de 31,8% face aos 4.568.738,31 € verificados em 2023. Trata-se de um resultado que, mais uma vez, superou as previsões iniciais, como será evidenciado nas análises seguintes.:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Var
<b>Impostos directos</b>	25 491,44	25 793,11	26 227,42	28 794,57	32 474,14	27 210,26	26 898,64	34 397,29	27,88
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	51 489,45	67 307,07	89 920,62	32 192,57	22 354,02	154 062,01	123 330,62	113 736,00	-7,78
<b>Rendimentos de propriedade</b>	16,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Transferências correntes</b>	3 107 664,59	2 993 291,54	3 985 465,86	3 456 362,19	4 307 805,07	3 601 796,80	3 650 498,14	4 863 141,10	33,22
<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	487 196,67	504 450,09	446 720,63	151 388,53	191 565,98	397 150,44	513 983,07	593 013,90	15,38
<b>Outras receitas correntes</b>	1 633,97	10 524,00	8 745,15	10 415,37	2 457,20	5 214,31	4 564,31	7 232,98	58,47
<b>Transferências de capital</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo da gestão anterior</b>	643 472,78	152 873,81	226 277,00	683 298,96	264 753,01	100 744,25	249 463,53	408 125,28	63,60
<b>Total</b>	<b>4 316 965,20</b>	<b>3 754 239,62</b>	<b>4 783 356,68</b>	<b>4 362 452,19</b>	<b>4 821 409,42</b>	<b>4 286 178,07</b>	<b>4 568 738,31</b>	<b>6 019 646,55</b>	<b>31,76</b>

# Relatório Execução Orçamental 2024



Em termos globais, a receita registou, em 2024, uma evolução positiva.

No que respeita aos Impostos Diretos (IMI), verificou-se um crescimento significativo, atingindo-se o valor de cobrança mais elevado de sempre. No entanto, importa referir que continuamos sem acesso a dados oficiais sobre o valor objetivo de cobrança deste imposto, o que nos obriga a atuar com alguma incerteza, num regime de "navegação à vista".

A rubrica "Taxas, multas e outras penalidades" registou uma quebra relevante face a 2023, embora o resultado obtido em 2024 represente ainda o terceiro melhor valor de sempre. A principal descida ocorreu nas taxas de ocupação da via pública, cuja receita passou de 88.024,06 € em 2023 para 69.967,40 € em 2024. Em contrapartida, outras componentes significativas desta rubrica, como a romaria e os atestados, apresentaram crescimentos.

A "venda de bens e serviços correntes" voltou a registar um crescimento expressivo, de 15,4%, à semelhança do verificado no ano anterior, atingindo o valor mais elevado de sempre. A piscina desempenhou um papel relevante neste desempenho, com a receita a crescer de menos de 306 mil euros para cerca de 325 mil euros. No entanto, o aluguer de espaços e equipamentos superou esse valor, com um aumento de 25 mil euros. Também a comparticipação das famílias no âmbito da CAF/AAF registou uma subida de 14 mil euros, e o mercado apresentou um incremento de receita de 9 mil euros.

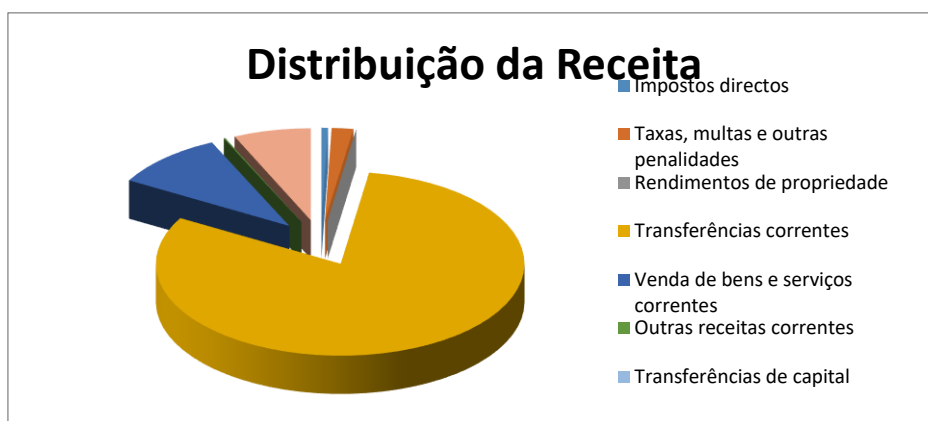
As "transferências correntes" aumentaram significativamente, com um acréscimo de cerca de 1,2 milhões de euros. Este crescimento deveu-se, em grande medida, ao CDC de mandato, mas também à aprovação, na Assembleia da República, por iniciativa do Partido Socialista, de um reforço substancial das verbas da reforma, com a introdução de um valor adicional.

O saldo de gerência registou igualmente um crescimento expressivo, com um acréscimo próximo dos 150 mil euros, fixando-se em cerca de 408 mil euros. Importa assinalar que, aquando da revisão orçamental, o saldo transitado foi 27 euros inferior ao saldo de gerência de 2023. Dado o valor residual dessa diferença, optou-se por não realizar nova revisão. Recorde-se ainda que, no último dia do ano, a Câmara Municipal de Lisboa procedeu à transferência de mais de 162 mil euros, montante este que, naturalmente, não foi considerado no planeamento da despesa.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Var
Impostos directos	25 491,44	25 793,11	26 227,42	28 794,57	32 474,14	27 210,26	26 898,64	34 397,29	27,88
Taxas, multas e outras penalidades	51 489,45	67 307,07	89 920,62	32 192,57	22 354,02	154 062,01	123 330,62	113 736,00	-7,78
Rendimentos de propriedade	16,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Venda de bens e serviços correntes	487 196,67	504 450,09	446 720,63	151 388,53	191 565,98	397 150,44	513 983,07	593 013,90	15,38
Outras receitas correntes	1 633,97	10 524,00	8 745,15	10 415,37	2 457,20	5 214,31	4 564,31	7 232,98	58,47
Total	565 827,83	608 074,27	571 613,82	222 791,04	248 851,34	583 637,02	668 776,64	748 380,17	11,90



Nas receitas próprias, importa destacar a obtenção de um novo recorde, com um valor próximo dos 750 mil euros, o que representa um montante já bastante significativo no contexto da gestão financeira da Freguesia. Este valor traduz um crescimento de 11,9% face ao ano anterior, consolidando a tendência positiva verificada nos últimos exercícios.



As transferências correntes continuam a assumir um peso claramente dominante, representando 80,8% do total em 2024. Este valor é ligeiramente superior ao verificado em 2023 (79,9%), mas traduz ainda assim uma redução progressiva face aos 84% registados em 2022 e aos 89,4% verificados em 2021.

A venda de bens e serviços correspondeu, este ano, a 9,9% da receita total, refletindo uma quebra natural face aos 11,3% de 2023, justificada pelo crescimento mais acentuado das transferências correntes e do saldo de gerência, que aumentou para 6,8%, comparativamente aos 5,5% do ano anterior.

Já a rubrica de taxas, multas e outras penalidades perdeu expressão relativa, representando 1,9% da receita total, quando em 2023 esta percentagem era de 2,7%.

	Orçamentado	Executado	Tx Ex	Part
<b>Impostos directos</b>	30 200,00	34 397,29	113,90%	0,57%
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	121 889,71	113 736,00	93,31%	1,89%
<b>Rendimentos de propriedade</b>	1,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Transferências correntes</b>	4 852 257,25	4 863 141,10	100,22%	80,79%
<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	513 903,72	593 013,90	115,39%	9,85%
<b>Outras receitas correntes</b>	5 587,97	7 232,98	129,44%	0,12%
<b>Transferências de capital</b>	1,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Saldo da gerência anterior</b>	408 125,28	408 125,28	100,00%	6,78%
<b>Total</b>	<b>5 931 965,93</b>	<b>6 019 646,55</b>	<b>101,48%</b>	<b>100,00%</b>



A execução da receita esteve dentro das expectativas, tendo mesmo superado as estimativas em 1,5%, o que representa o terceiro ano consecutivo em que se verifica uma execução superior ao previsto (0,87% em 2023 e 0,5% em 2022).

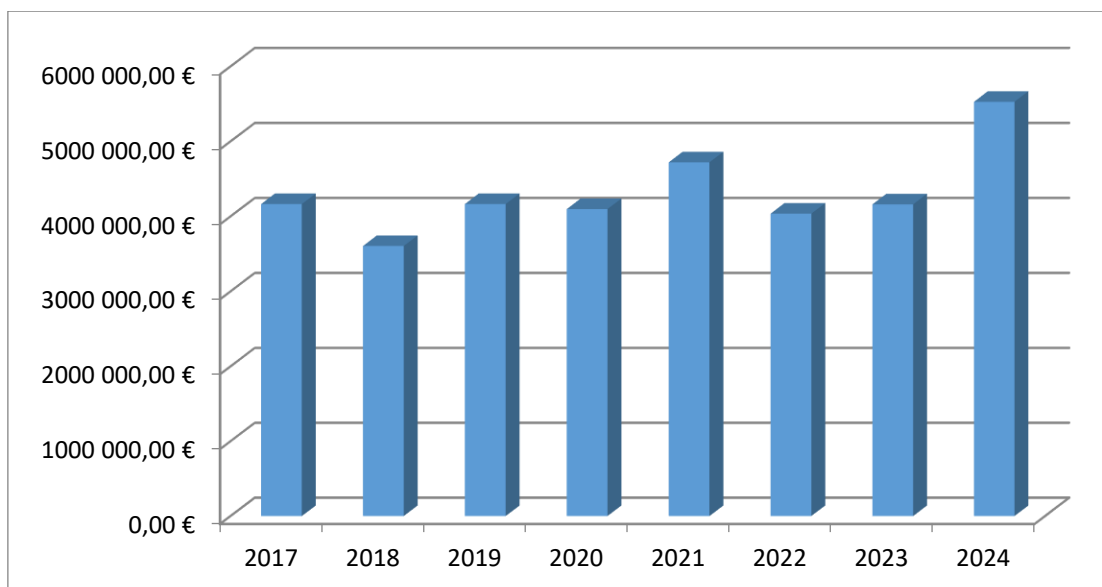
Em termos absolutos, a rubrica com melhor desempenho foi a venda de bens e serviços correntes, com uma cobrança cerca de 90 mil euros acima do estimado, o que corresponde a um excedente de 15,4% face ao valor inicialmente previsto.

As outras receitas correntes apresentaram também um desvio positivo relevante em termos absolutos. No entanto, tal como tem sido reiterado em anos anteriores, trata-se de valores residuais e de natureza imprevisível, cuja variação ao longo do ano não permite um planeamento rigoroso.

De salientar ainda a boa performance dos Impostos Diretos (IMI), cuja cobrança ultrapassou em 13,9% o valor estimado, reforçando o contributo positivo desta rubrica para a execução orçamental global.



## 3. Evolução da Despesa



Em termos visuais, o gráfico referente à evolução da despesa apresenta uma configuração muito semelhante ao da evolução da receita, como seria de esperar numa gestão financeiramente equilibrada.

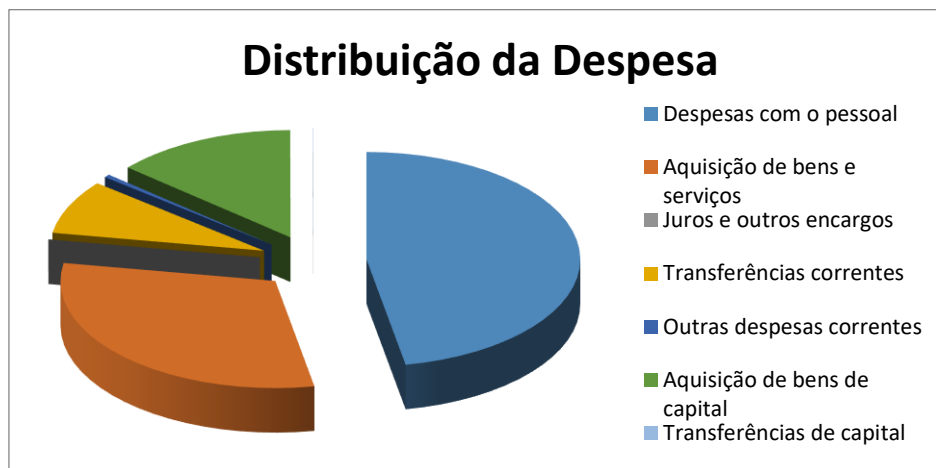
Em 2024, a despesa total ascendeu a 5.527.855,02 €, o que representa um crescimento de 32,9% face aos 4.160.586,03 € registados em 2023. Embora este aumento seja expressivo, é menos acentuado do que o crescimento da receita, o que, em termos de equilíbrio orçamental, é positivo e desejável. Contudo, importa referir que a execução da despesa foi condicionada pelos atrasos nas transferências por parte da Câmara Municipal de Lisboa, o que impactou a capacidade de execução atempada de diversas iniciativas e compromissos.

	Orçamentado	Executado	Tx Ex	Part
Despesas com o pessoal	2 646 763,66	2 602 822,60	98,34%	47,09%
Aquisição de bens e serviços	1 895 166,53	1 690 877,32	89,22%	30,59%
Juros e outros encargos	0,22	0,00	0,00%	0,00%
Transferências correntes	512 041,67	450 667,08	88,01%	8,15%
Outras despesas correntes	27 947,17	25 256,18	90,37%	0,46%
Aquisição de bens de capital	848 661,54	756 846,70	89,18%	13,69%
Transferências de capital	1 385,14	1 385,14	100,00%	0,03%
<b>Total</b>	<b>5 931 965,93</b>	<b>5 527 855,02</b>	<b>93,19%</b>	<b>100,00%</b>





Em termos de execução orçamental da despesa, registou-se uma taxa de 93,2%, superior à verificada no ano anterior (91,9%), o que evidencia uma melhoria na eficiência da execução face ao planeado.



No que respeita à repartição da despesa, as rubricas “Despesas com pessoal” e “Aquisição de bens e serviços” continuam a representar a maior fatia da despesa total, com 47,1% e 30,6%, respetivamente. Apesar de manterem o seu peso relativo predominante, estes valores registaram uma descida face a 2023, ano em que representavam 54,7% e 34,4% da despesa.

Esta variação está diretamente relacionada com o significativo aumento das “Transferências de capital”, que passaram de 1,4% em 2023 para 13,7% em 2024, refletindo investimentos relevantes realizados ao longo do ano.

Em paralelo, também se verificou uma ligeira redução nas “Transferências correntes”, que passaram de 8,9% para 8,2%, acompanhando o ajustamento da estrutura de despesa em função das prioridades e compromissos do exercício.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Var
<b>Despesas com o pessoal</b>	1 807 865,95	1 793 079,06	1 840 156,59	1 979 297,69	2 197 911,86	2 127 469,44	2 276 994,39	2 602 822,60	14,31
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	1 475 573,45	1 490 537,14	1 571 833,85	1 260 622,06	1 320 717,99	1 386 282,16	1 430 342,90	1 690 877,32	18,21
<b>Juros e outros encargos</b>	65,75	221,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Transferências correntes</b>	194 194,03	165 858,23	176 945,83	350 923,45	404 698,82	190 518,33	369 665,49	450 667,08	21,91
<b>Outras despesas correntes</b>	6 095,29	13 891,65	11 021,54	18 372,75	16 021,92	21 252,13	23 767,67	25 256,18	6,26
<b>Aquisição de bens de capital</b>	680 296,92	64 375,54	493 052,63	488 483,23	760 223,73	311 192,48	59 815,58	756 846,70	1165,30
<b>Transferências de capital</b>	0,00	0,00	7 047,28	0,00	21 090,85	0,00	0,00	1 385,14	0,00
<b>Total</b>	<b>4 164 091,39</b>	<b>3 527 962,62</b>	<b>4 100 057,72</b>	<b>4 097 699,18</b>	<b>4 720 665,17</b>	<b>4 036 714,54</b>	<b>4 160 586,03</b>	<b>5 527 855,02</b>	<b>32,86</b>



Em 2024, registaram-se gastos recorde em praticamente todos os grandes agregados da despesa, com exceção das verbas de investimento, cuja execução, embora significativa, não atingiu os máximos históricos.

As Transferências de capital, rubrica onde a despesa ocorre apenas pontualmente, ficaram aquém do valor máximo registado em anos anteriores. Já a Aquisição de Bens de Capital atingiu um valor muito próximo do recorde, traduzindo-se num reforço importante da capacidade de investimento da Junta.

As Despesas com pessoal registaram um crescimento expressivo, passando de 2.276.994,39 € para 2.602.822,60 €, o que representa um aumento de 14,3%, justificado pelos aumentos salariais e reclassificações de pessoal.

A Aquisição de Bens e Serviços também apresentou um crescimento relevante, 18,2%, passando de 1.430.342,90 € para 1.690.877,32 €, impulsionado pelo aumento da atividade, nomeadamente no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

As Transferências correntes aumentaram de 369.665,49 € para 450.667,08 €, refletindo a necessidade crescente de apoio social às pessoas e coletividades, especialmente num contexto de forte pressão inflacionista e das dificuldades das famílias em fazer face aos encargos com a habitação.

A Aquisição de Bens de Capital foi o agregado que registou o maior crescimento absoluto, passando de 59.815,58 € em 2023 para 756.846,70 € em 2024, impulsionado pelo protocolo de mandato.

Deixa-se aqui uma nota de gestão relevante: teria sido possível atingir o maior valor de investimento de sempre, bastando para tal proceder ao pagamento das faturas no valor de 4.678,31 € que se encontravam por liquidar no final do ano. No entanto, por uma questão de rigor e boa prática financeira, optou-se por não antecipar pagamentos, cumprindo os prazos de pagamento estabelecidos. Caso contrário, o valor total de investimento teria ultrapassado os 761 mil euros, estabelecendo um novo recorde.

Importa sublinhar que muitas atividades relevantes podem ser desenvolvidas com sucesso sem exigirem grandes recursos financeiros. Por isso, não deve ser estabelecida uma correspondência direta entre o nível de despesa e o nível de atividade desenvolvida.



## 4. Análise do Resultado Orçamental



	<b>2024</b>
<b>Receita gerada em 20232</b>	5 611 521,27
<b>Despesa total</b>	5 527 855,02
<b>Saldo de execução orçamental corrente</b>	83 666,25
<b>Taxa de execução orçamental corrente</b>	98,51%

O ano de 2024 foi marcado por atrasos inadmissíveis por parte do Município, os quais, em nossa opinião, condicionaram de forma significativa o desempenho orçamental da Freguesia. Como consequência, foi necessário utilizar o saldo de gerência, não para novos investimentos, mas para colmatar despesas correntes.

Apesar disso, conseguimos apresentar um saldo positivo de execução orçamental corrente superior a 83 mil euros. Contudo, se as transferências municipais não tivessem sido efetuadas no último dia do ano, no montante de 162.591,96 €, o saldo de execução orçamental poderia ter sido negativo em 78.922,71€. E, se considerarmos ainda as transferências recebidas na segunda quinzena de dezembro, a situação poderia ter sido ainda mais desfavorável.



Somando o saldo de execução orçamental corrente ao saldo de execução orçamental de gerência de 2023, obtemos um saldo total de 491.818,53 € para o exercício de 2024, o qual pode ser consultado no mapa resumo dos fluxos de caixa.

Reiteramos que, dado que as transferências do Município muitas vezes ocorrem após a execução da despesa, é fundamental manter um saldo adequado. No final do ano, a freguesia tinha obrigações de curto prazo no montante de 123.350,91 €, correspondentes a faturas de fornecedores e retenções de funcionários.

Por isso, é crucial garantir sempre um saldo que, por um lado, cubra as obrigações imediatas, e, por outro, assegure uma adequada solvência financeira, especialmente tendo em conta que se previa um gasto de cerca de 400 a 450 mil euros em janeiro de 2025, montante próximo do saldo em questão.

Este planeamento adequado permite garantir a execução orçamental de forma segura e sustentável, mantendo padrões de qualidade financeira que não devem ser negligenciados.

Importa ainda salientar que, embora em 2024 tenha sido possível garantir um saldo de 490 mil euros, a tendência será decrescente em 2025. No entanto, deverá ser assegurado sempre um saldo mínimo que cubra, pelo menos, as obrigações da freguesia.